

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.572 - SP (2018/0268480-1)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : BANCO ITAU BBA S.A**  
**ADVOGADO : ADRIANA SERRANO CAVASSANI E OUTRO(S) - SP196162**  
**RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR : RAQUEL DÉBORA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP118946**

**EMENTA**

**PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. OFENSA AOS ARTIGOS 202 DO CTN E 2º, §5º, DA LEF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. ABSORÇÃO SOCIETÁRIA. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inc. III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado (fl. 215):

APELAÇÃO - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL Nulidade da execução por ilegitimidade de parte Inadmissibilidade - Executada que foi incorporada por outra empresa Inaplicabilidade da Súmula 392, do C. STJ Alienação fiduciária Prova negativa Afastada Fazenda, que intimada, comprovou o liame contratual da embargante com o veículo objeto da tributação Convenção particular que não pode ser oposta ao fisco Inteligência do art. 123, do CTN Legitimidade passiva tributária configurada - R. sentença mantida Recurso improvido.

Embargos de declaração rejeitados.

A recorrente sustenta ofensa ao artigo 1.022 do CPC/2015, afirmando que o Tribunal de origem não analisou os artigos 202 do CTN e 2º, §5º, da LEF.

Aponta, ainda, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 202, I, e 132 e 133 do CTN e 2º, §5º, I e § 8º da LEF, alegando que a CDA que embasa a execução fiscal é nula, pois direciona a cobrança do imposto a pessoa jurídica extinta, sendo vedada a sua substituição para a modificação do sujeito passivo da execução, nos termos da Súmula 392 do STJ.

Contrarrazões às fls. 296/308.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 309/310.

É o relatório. Passo a decidir.

Não se conhece da suposta afronta ao artigo 1.022 do CPC/2015, pois o recorrente se limitou a afirmar que o Tribunal de origem deixou de analisar os artigos 202 do CTN e 2º, §5º, da LEF, sem, contudo, demonstrar qual questão de direito não foi abordada no acórdão proferido em sede de embargos de declaração e a sua efetiva relevância para fins de novo julgamento pela Corte de origem. Incide à hipótese a Súmula 284/STF.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE

PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. TRIBUTÁRIO. DESPACHO ADUANEIRO. DIREITO ANTIDUMPING. SÚMULA 323/STF. NÃO INCIDÊNCIA. HONORÁRIOS. NÃO CABIMENTO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - Não se pode conhecer a apontada violação ao art. 1.022, do Código de Processo Civil, porquanto o recurso cinge-se a alegações genéricas e, por isso, não demonstra, com transparência e precisão, qual seria o ponto omissivo, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido, bem como a sua importância para o deslinde da controvérsia, o que atrai o óbice da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicável, por analogia, no âmbito desta Corte.

III - A quitação dos direitos antidumping é requisito para perfectibilização do processo de importação. A retenção de mercadorias e a exigência do recolhimento de tributos e multa ou prestação de garantia integram a operação aduaneira.

Inaplicabilidade da Súmula 323 do Supremo Tribunal Federal.

IV - Honorários. Não cabimento.

V - Recurso Especial provido (REsp 1728921/SC, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 24/10/2018).

RECURSO FUNDADO NO NOVO CPC/2015. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/15. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. ALEGAÇÃO DE INFRINGÊNCIA À SÚMULA. IMPOSSIBILIDADE. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. CANCELAMENTO DA CDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. POSSIBILIDADE.

1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 1022 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissivo, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

2. No que se refere à alegação de infringência à Súmula, esta Corte firmou entendimento de que enunciado ou súmula de tribunal não equivale a dispositivo de lei federal, restando desatendido o requisito do art. 105, III, a, da CF.

3. A jurisprudência desta Corte é uníssona no sentido de que, sobrevindo extinção da execução fiscal em razão do cancelamento da certidão de dívida ativa após a citação válida do executado, a Fazenda Pública deve responder pelos honorários advocatícios, em homenagem ao princípio da causalidade. Precedentes: AgRg no AREsp 791.465/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 31/08/2016; REsp 1648213/RS, Rel.

Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 20/04/2017.

4. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp 1134984/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 06/03/2018).

Outrossim, evidencia-se que os artigos 202 do CTN e 2º, §5º, da LEF, não

foram apreciados pela Corte de origem, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento, nos termos da Súmula 211/STJ.

Cumpra registrar que "a mera oposição de embargos declaratórios não é suficiente para atender ao requisito do prequestionamento, sendo indispensável o efetivo exame da questão pelo Tribunal de origem. Nem se diga que a interposição do recurso especial, alegando afronta ao art. 535 do Código de Processo Civil/73, supriria a falha, pois a referida ofensa não foi sequer exposta adequadamente, impedindo assim qualquer tentativa da parte" (AgInt no REsp 1.157.185/MT, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 10/04/2018).

No que diz respeito à alegação de ofensa aos artigos 132 e 133 do CTN, o acórdão recorrido consignou que, *in verbis* (fls. 217/219):

Em matéria tributária, o Código Tributário Nacional, nos artigos 129, 132 e 133, prevê as consequências jurídico- tributárias quando da sucessão entre empresas, referente à responsabilidade tributária por transferência, sendo uma de suas hipóteses a responsabilidade pessoal por sucessão.

Portanto, muito embora a execução fiscal tenha sido proposta contra a empresa incorporada, a embargante, ora apelante, como sucessora, assumiu o polo passivo desta, tornando-se responsável pela dívida da empresa incorporada, nos termos do referido artigo 132, do Código Tributário Nacional.

Assim, fica afastada a alegação.

Por outro lado, à época do fato gerador, a apelante detinha a posse indireta do veículo, sendo solidariamente responsável pelo pagamento do imposto exequendo.

Isto porque, a responsabilidade indireta atribuída pelo contrato de alienação fiduciária não altera a sujeição passiva tributária, eis que, nos termos do artigo 123, do Código Tributário Nacional, "as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes".

Assim, não há dúvida quanto à responsabilidade solidária da apelante pelo pagamento do tributo, nos termos do artigo 6º, XI e § 2º, da Lei n. 13.296/08.

Inviável, outrossim, o acolhimento da alegação de ilegitimidade passiva tributária, em razão da suposta ausência do contrato de alienação fiduciária.

Com efeito, alega apelante que não pode ser cobrada pelo IPVA em razão da ausência de liame contratual com o veículo objeto da tributação, acrescentando a impossibilidade de provar tal fato, tendo em vista tratar-se de prova negativa.

De fato, no caso sub judice, o ônus probatório cabia à Fazenda Estadual, tendo em vista a impossibilidade da embargante provar que determinado bem não lhe pertence.

Diante disso, a MM. Juíza sentenciante determinou que a Fazenda juntasse aos autos documentos que comprovasse a propriedade do veículo automotor.

Em cumprimento ao determinado, a Fazenda juntou aos autos, a fls. 131, documento comprobatório que o veículo é de propriedade da apelante.

Assim, desincumbiu-se de seu ônus probatório, restando superada a alegação da apelante acerca da impossibilidade de produção de prova.

E, tendo em vista a existência de prova da legitimidade passiva da

embargante, não há que se falar em sua ilegitimidade passiva tributária ante a presença de liame contratual com o veículo objeto da tributação.

Observa-se que a referida fundamentação, que por si só, mantém o resultado do julgamento, não foi devidamente impugnada nas razões de recurso especial, já que o recorrente se limitou a afirmar que a CDA é nula e não pode ser substituída para modificação de sujeito passivo, o que acarreta o não conhecimento do recurso, nos termos da Súmula 283/STF: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.*

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DAS SÚMULAS N. 283 E 284/STF. DIREITO ADMINISTRATIVO. ASTREINTES. REVISÃO DO VALOR. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO A COISA JULGADA. PROPORCIONALIDADE. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - A Corte de origem apreciou todas as questões relevantes apresentadas com fundamentos suficientes, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao posicionamento jurisprudencial aplicável à hipótese. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade.

III - A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça considera deficiente a fundamentação quando a parte deixa de impugnar fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, apresentando razões recursais dissociadas dos fundamentos utilizados pela Corte de origem. Incidência, por analogia, das Súmulas n. 283 e 284/STF.

IV - Esta Corte Superior possui entendimento consolidado, segundo o qual o legislador concedeu ao juiz a prerrogativa de impor multa diária ao réu com vista a assegurar o adimplemento da obrigação de fazer (art. 461, caput, do CPC), bem como permitiu que o magistrado afaste ou altere, de ofício ou a requerimento da parte, o seu valor quando se tornar insuficiente ou excessiva, mesmo depois de transitada em julgado a sentença, não se observando a preclusão ou a coisa julgada, de modo a preservar a essência do instituto e a própria lógica da efetividade processual.

V - In casu, rever o entendimento do Tribunal de origem, no sentido de reduzir o valor da multa diária, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7/STJ. VI - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

VII - Honorários recursais. Não cabimento. VIII - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo

Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

IX - Agravo Interno improvido (AgInt no REsp 1.690.030/PR, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 16/11/2018).

Cumpra registrar que a análise da divergência jurisprudencial fica prejudicada pela incidência do referido óbice processual.

Ante ao exposto, não conheço do recurso especial.

Caso tenham sido fixados honorários sucumbenciais anteriormente pelas instâncias ordinárias na vigência do CPC/2015, majoro em 10% os honorários advocatícios, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (§ 3º do artigo 98 do CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES  
Relator